

Motta elogia atuação do Congresso

A maturidade demonstrada pelo Congresso ao assumir a responsabilidade de garantir a governabilidade foi enfatizada pelo ministro das Comunicações, Sérgio Motta, em pronunciamento feito ontem, durante o ato de assinatura da portaria de consignação de canal para a Rádio Senado FM, realizado no gabinete da presidência do Senado Federal.

- O governo fez muito, mas porque o Congresso permitiu. Sem exagero, temos hoje a maior produção do Legislativo nos últimos 50 anos. O Congresso tem colaborado muito para o sucesso do governo - afirmou Motta.

O ministro disse que o presidente do Senado, José Sarney, "foi clarividente ao implantar a TV Senado, percebendo a importância dos meios de comunicação no relacionamento dos poderes públicos com a população", e previu que a inauguração da Rádio Senado FM criará "um excepcional mecanismo de comunicação com o povo".

Sarney agradeceu, em nome do Senado, as palavras elogiosas de Motta e a atenção dada à tramitação do processo de consignação da rádio, e afirmou que o programa desenvolvido pela Secretaria de Comunicação Social da Casa visa buscar sempre a total transparência das atividades parlamentares.



O ministro Sérgio Motta assina a concessão de canal para a Rádio Senado FM

Lobão diz que preço da Vale pode chegar a 200 bilhões

Senador estranha que governo queira vender empresa por US\$ 5 bi e afirma que Congresso tem responsabilidade de impedir o negócio

"Há avaliações extra-oficiais que estimam em 200 bilhões de dólares o valor da Companhia Vale do Rio Doce e não dá para entender por que o governo quer vendê-la por apenas cerca de 5 bilhões de dólares, como tem saído na imprensa." O questionamento foi feito em plenário pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), depois de afirmar que apenas duas jazidas de ouro da CVRD - Serra Pelada Leste e Igarapé-Bahia, no Pará - valem os 5 bilhões que o governo pode pedir pela empresa.

- Como então entender essa operação? Há uma grande pressão em se privatizar a Vale do Rio Doce, sob a pressão de motivos que não consigo entender - disse. As reservas de Serra Pelada Leste e de Igarapé-Bahia, conforme Lobão, possuem oficialmente 450 mil



Edison Lobão

quilos de ouro e existem avaliações extra-oficiais que mencionam um total de 700 mil quilos. Depois de lembrar que as reservas de minério de ferro da Vale só vão acabar daqui a 500 anos, o senador ponderou que, seguramente, a companhia descobrirá novas províncias de ouro, cobre, prata e outros minerais nobres.

- Imagine-se a frustração do País se, após a venda da Vale, começarem a surgir descobertas

de novas jazidas - frisou.

Edison Lobão assinalou que existem várias questões sobre essa privatização que ainda não têm respostas. "Como se processar uma venda se se torna inviável uma avaliação correta das suas potencialidades?", indagou. Para Lobão, o Congresso "tem a responsabilidade de impedir a concretização de um negócio que não atende aos interesses do País".

O senador criticou o ministro de Minas e Energia, que não respondeu a ofício de comissão especial de senadores pedindo a demarcação da área do garimpo para que o impasse entre a CVRD e os garimpeiros seja solucionado.

A venda da Vale foi também duramente questionada em plenário por José Alves, José Eduardo Dutra e Júnia Marise. **Página 4**

Machado propõe reeleição para cargos do Executivo

A fidelidade partidária e a reeleição para o Executivo estão previstas no relatório de Sérgio Machado. **Página 3**

Requião condena solução para dívida de Itaipu

Senador classifica de "estranha negociação" a concessão indireta, segundo ele, de subsídios a empresa paraguaia de energia. Como relator da matéria, deu parecer contrário à medida

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) criticou ontem a decisão da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) de aprovar uma autorização para que a União receba em títulos da dívida externa brasileira as dívidas de energia



Roberto Requião

elétrica fornecida por Itaipu para a Ande (Administração Nacional de Eletricidade), empresa estatal paraguaia. O senador considera que a autorização envolve concessão de um subsídio direto a uma estatal paraguaia, e qualificou a operação de "estranha".

Requião era o relator da matéria na CAE, e havia dado pa-

recer contrário à autorização. No momento em que, na quarta-feira (dia 30), a comissão votava a matéria, o senador não estava presente, porque tinha um compromisso. Segundo informou ao plenário, a reunião demorou cerca de uma hora para começar e, além disso, houve inversão da pauta para que a questão de Itaipu fosse votada com prioridade.

Segundo Requião, se o governo brasileiro tivesse a intenção de conceder o abatimento para o consumo de energia elétrica paraguaia, poderia autorizar Itaipu a dar o desconto, rece-

bendo, por exemplo, 75% da dívida em moeda forte.

- Mas a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou mensagem estabelecendo uma estranha negociação, envolvendo bancos, corretoras e comissões. Por que não o abatimento puro e claro da tarifa, com o governo dando uma demonstração inequívoca de que o Brasil, por motivos diplomáticos, desejaria privilegiar a empresa paraguaia? - indagou.

O senador disse que o subsídio direto a uma estatal paraguaia é "absolutamente inaceitável, principalmente porque não é direto, não é claro, e o Paraguai aparenta estar fazendo um favor ao Brasil, comprando títulos da dívida externa".

Geraldo Melo não vê prejuízo a interesse nacional

Em resposta às críticas do senador Roberto Requião à decisão relativa a Itaipu, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) afirmou ontem não considerar lesivo ao interesse nacional o fato de o governo decidir receber em pagamento títulos da dívida externa. Para o senador, não se pode ficar falando mal, no Senado, dos títulos brasileiros.

- Falar que os nossos próprios títulos são podres é uma afir-

mação graciosa. Pode desacreditar o programa de privatização e impedir que flua um programa como o da reforma agrária, com base em títulos públicos para o pagamento de terras particulares desapropriadas

- disse Geraldo Melo.

Segundo afirmou, os títulos



Geraldo Melo

são assinados pelo Tesouro Nacional e devem ter o respeito de todos. Ele disse que, se não fosse sua convicção sobre a seriedade de Requião, se sentiria quase no direito de entender que a indignação do senador do Paraná "resvalou um pouco para o terreno da demagogia".

Jefferson critica tramitação de débitos de usina

O senador Jefferson Peres (PSDB-AM) considerou ontem "estranha" a maneira como vem tramitando o projeto de lei da Câmara que autoriza o Executivo a contratar com a Itaipu pagamento de débito junto ao Tesouro Nacional, por meio de títulos da

dívida externa brasileira, no valor correspondente a até 140 milhões de dólares. Jefferson solidarizou-se com Requião, cujo parecer contrário à autorização foi rejeitado pela CAE, em sua ausência.

Quando da votação da matéria na CCIJ, segundo Jefferson, foi feito um acordo para deixar a cargo da CAE examinar o méri-



Jefferson Peres

to. No entanto, observou, na reunião de ontem, o parecer de Requião foi votado na CAE sem que ele estivesse presente. "Se eu fosse o presidente daquela comissão, interromperia a reunião e só permitiria que a matéria fosse votada com a presença do relator, que estava na Casa", frisou.

FHC aceita plebiscito, diz Pedro Simon

Recebido ontem pelo presidente da República, a quem entregou sua proposta de ple-



Simon

biscito para que o próximo Congresso tenha poderes para fazer uma revisão constitucional, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) anunciou mais tarde, em plenário, que Fernando Henrique Cardoso considerou positiva sua ideia e também anunciou que não pretende interferir na escolha da próxima Mesa Diretora do Senado.

- O presidente da República me disse que não tem, não teve e nem vai ter nenhuma interferência na eleição para a presidência do Senado. Ele me disse que essa decisão cabe ao Senado e aos partidos políticos - acrescentou.

Simon garantiu que está pouco interessado sobre o nome de quem vai dirigir a instituição na próxima legislatura, mas se mostrou preocupado com as notícias publicadas nos jornais sobre senadores que planejam mudar de partido para alterar a bancada majoritária na Casa. "A tradição do Senado diz que o maior partido escolhe e indica o candidato a presidente. O que acho feio é o Senado trocar de maioria, violentar uma tradição para, em troca disso, fazer o presidente da instituição."

Em aparte, Josaphat Marinho (PFL-BA) disse ter profundas dúvidas sobre o êxito da iniciativa de Simon.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa do Senado

Machado propõe reeleição na reforma político-partidária

Relator da matéria na comissão especial, senador sugere ainda a adoção do voto facultativo e a instituição da fidelidade partidária

O senador Sérgio Machado (PSDB-CE), relator da comissão especial do Senado destinada a estudar e propor uma ampla reforma na atual legislação político-partidária e eleitoral, apresentou ontem seu relatório preliminar sobre a matéria. Ele propõe a admissão da reeleição para todos



Humberto Lucena (esquerda) recebe o relatório de Sérgio Machado (centro)

os cargos do Executivo; a adoção do voto facultativo; a instituição da fidelidade partidária, a redução dos mandatos dos senadores; a adoção do voto distrital misto; e barreiras para conter a proliferação de pequenos partidos. O relatório propõe ainda uma regulamentação para o financiamento de campanhas eleitorais com recursos públicos, a antecipação do segundo turno eleitoral para o dia 30 de outubro e restringe o atual conceito de imunidade parlamentar.

Segundo o senador Humberto Lucena (PMDB-PB), presidente da comissão, o relatório de Sérgio Machado será deba-

tido logo após o segundo turno eleitoral deste ano. Lucena informou que sua intenção é garantir a aprovação das propostas finais da comissão especial até o final deste ano. De imediato haverá o encaminhamento à Mesa do Senado das propostas de emendas constitucionais, leis complementares e ordinárias que darão forma às mudanças recomendadas.

A expectativa dos parlamentares, incluindo o líder do governo no Senado, senador Elcio Álvares (PFL-ES), é de que todos os projetos de alterações na legislação eleitoral cheguem à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania no

início dos trabalhos parlamentares de 97, complementando sua tramitação até a apreciação final pelo plenário da Casa ainda no ano que vem, de modo a já valer para regular o pleito de 1998.

A proposta do senador Sérgio Machado para mudança do sistema eleitoral sugere a adoção de um sistema misto, distrital e proporcional, no lugar do atual sistema proporcional de listas abertas. Esse sistema seria adotado a partir das eleições de 2002. Coerente com essa alteração, também seria implantada a fidelidade partidária, com ameaça de perda de mandato para os que contrariarem seus dispositivos.

no eleitoral deste ano, a comissão apreciará o relatório preliminar apresentado ontem pelo senador Sérgio Machado, relator da matéria.

Entre as propostas do relator, Humberto Lucena destacou a que admite reeleição para todos os cargos do Executivo, a que torna facultativo o voto e a que institui a fidelidade partidária. Também considerou importantes as que visam à redução dos

mandatos de senadores, a adoção do voto distrital misto e as que dificultam a proliferação de pequenos partidos.

Além disso, Lucena ressaltou a oportunidade das propostas que objetivam regular o financiamento de campanhas eleitorais, antecipar o segundo turno eleitoral para o dia 30 de outubro e restringir o conceito de imunidade parlamentar.

Unidade dos amazonenses anima Cabral

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) destacou ontem a unidade da bancada de seu estado - senadores e deputados - na aprovação das emendas ao Orçamento.



Cabral

"A Amazônia começa a dar o exemplo construtivo à Nação e cada parlamentar sabe que, acima de qualquer outro interesse, estão os interesses da coletividade", disse o senador.

Cabral informou que nenhuma das 10 emendas apresentadas sofreu crítica de qualquer parlamentar, inclusive os da oposição, embora todos estejam em campanha para o segundo turno das eleições. Em aparte, Jefferson Peres (PSDB-AM) apoiou o discurso de Cabral.

Patrocínio reclama tratamento igual para o Tocantins



Patrocínio

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) dirigiu ontem apelo à equipe econômica do governo para que dê ao Tocantins o mesmo tratamento oferecido aos estados mais ricos do País. Ele disse, com base em noticiário do *Jornal do Tocantins*, que, até o mês de agosto, foram liberados apenas 21% das verbas autorizadas no orçamento deste ano para o estado.

Depois de informar que aguarda desde agosto audiência com o ministro da Fazenda, Patrocínio disse que sua alternativa agora é alertar o presidente da Comissão de Orçamento, Sarney Filho (MA), sobre a necessidade de fiscalizar a execução do Orçamento do próximo ano.

Depois de informar que aguarda desde agosto audiência com o ministro da Fazenda, Patrocínio disse que sua alternativa agora é alertar o presidente da Comissão de Orçamento, Sarney Filho (MA), sobre a necessidade de fiscalizar a execução do Orçamento do próximo ano.

Lucena: Novas regras no pleito de 1998

O senador Humberto Lucena, presidente da comissão especial do Senado destinada a estudar e propor a reforma da legislação político-partidária e eleitoral brasileira, disse que o trabalho da comissão deverá ser concluído em 1997 para que as modificações a serem propostas alcancem as eleições presidenciais de 1998.

Segundo Humberto Lucena, logo após o segundo tur-

José Alves questiona a decisão de vender a Vale

Congresso não deve ficar como mero espectador da iniciativa do Executivo, diz senador, que condena "fanatismo da globalização"

O senador José Alves (PFL-SE) questionou ontem a decisão do governo de privatizar a Companhia Vale do Rio Doce. Ele argumentou que a medida não foi devidamente debatida e que, por isso, não existe consenso nacional, nem partidário, sobre as vantagens da venda da empresa.

- Considero que o Congresso Nacional não deveria ficar como mero espectador institucional da decisão do Poder Executivo de leiloar uma companhia do porte da Vale, que tem um patrimônio de tão alto



José Alves

valor e é uma importantíssima agência de desenvolvimento e integração regional - disse.

José Alves protestou contra a "pressa inconseqüente de se lançar na fúria do mercado

uma das parcelas mais preciosas do patrimônio nacional". Segundo o senador, isso é um reflexo "do fanatismo da globalização".

Na opinião de José Alves, a empresa é uma das poucas reservas de valor em poder do País e ainda poderá ser usada como fonte de recurso para o pagamento das dívidas do Brasil. "Se vendida, o governo perde a empresa e corremos o risco de perder também o domínio e o poder de decisão sobre pontos fundamentais da riqueza do País", afirmou.

Júnia quer controle do Senado sobre privatização da companhia

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) apresentou ontem projeto de resolução estabelecendo que o Conselho Nacional de Desestatização somente dará continuidade ao processo de alienação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) se o Senado ratificar os atos por ele adotados.

Pelo projeto, deverão ser encaminhados ao Senado, com trinta dias de antecedência de sua publicação no *Diário Oficial* da União, os elementos que irão constar do edital de alienação da Vale do Rio Doce, suas subsidiárias, controladora e coligadas. O Senado terá, então, trinta dias para manifestar-se sobre a matéria. Se não o fizer, os atos do Conselho Nacional de Desestatização serão considerados ratificados. O projeto dispõe ainda que o conselho promoverá a avaliação das ressalvas indicadas pelo Sena-



Júnia Marise

nado. Júnia Marise lembrou que a Vale do Rio Doce foi criada há mais de 50 anos com o objetivo de abastecer de minério de ferro os aliados durante a Segunda Grande Guerra. A senadora

destacou que a atuação da CVRD hoje não se limita ao setor de mineração, "sendo suas atividades processadas por um sistema de minas, ferrovias e portos existentes em diversos estados da Federação, como o Pará, Maranhão, Minas Gerais e Espírito Santo, constituindo um exemplo de eficiência e desenvolvimento de um enorme patrimônio".

Júnia Marise citou dispositivo constitucional segundo o qual é competência exclusiva do Congresso Nacional a fiscalização e o controle dos atos do Executivo, incluídos os da administração indireta.

Dutra defende a inclusão em pauta de quatro projetos

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) solicitou ontem ao presidente do Senado que sejam incluídos na pauta de votação do plenário quatro projetos sobre a privatização da Companhia Vale do Rio Doce que tramitam na Casa.

No entender do senador, seria "desmoralizante" para o Senado se a privatização da Vale for efetivada, como está previsto, em fevereiro, sem que os quatro projetos tenham sido votados. Proposta de Dutra estabelece que o Senado poderá retirar da lista empresas que serão desestatizadas.

O presidente do Senado, José Sarney, esclareceu que o próprio senador poderá tomar a iniciativa para inclusão das propostas na pauta de votação. De acordo com Sarney, Dutra poderá, inclusive, propor que os quatro projetos sejam apreciados conjuntamente pelo plenário.



Dutra



José Agripino

Comissão define suas emendas ao Orçamento de 97

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura escolheu ontem as cinco emendas coletivas que apresentará ao projeto de lei de Orçamento para 1997. As emendas definidas seguem orientação do presidente da comissão, senador José Agripino (PFL-RN), de atender "eminentemente o interesse nacional", contemplando cada uma das regiões geográficas do País.

As emendas da comissão prevêm recursos para a manutenção e reparos navais; duplicação de rodovia federal em Mato Grosso; construção da linha de transmissão de energia Brasil-Venezuela; construção de trecho rodoviário no Espírito Santo; e restauração e manutenção de trecho rodoviário em Santa Catarina.

O presidente da comissão disse que as emendas coletivas apresentadas vão ter grandes repercussões na política de infra-estrutura das regiões geográficas a que se destinam e que vão gerar novos investimentos.

José Agripino anunciou que, por iniciativa da comissão, será realizado em 20 e 21 de novembro, no Auditório Petrônio Portella, o Seminário Internacional dos Órgãos Reguladores dos Setores de Energia Elétrica e de Telecomunicações.

O presidente do BNDES, Luís Carlos Mendonça de Barros, comparecerá à comissão no dia 3 de dezembro para prestar esclarecimentos sobre o edital de privatização da Cia. Vale do Rio Doce.

Marina pede inspeção em presídio acreano

Senadora alerta ao ministro da Justiça que penitenciária, para onde Darli Alves pode voltar, não oferece segurança e que nova fuga representaria humilhação internacional para o Brasil



Marina: Prevalece vontade do preso



Nabor Júnior: Medida de segurança

A senadora Marina Silva (PT-AC) sugeriu ontem ao ministro da Justiça, Nelson Jobim, que o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária analise a conveniência de se fazer uma inspeção na Colônia Penal Francisco de Oliveira Conde, no Acre. O presídio, de onde Darli Alves Silva já fugiu uma vez do cumprimento de sua pena pelo assassinato de Chico Mendes, continua sem as mínimas condições de segurança e uma segunda fuga representaria uma humilhação internacional para o Brasil, disse Marina.

Para a senadora, no mandado concedido por um juiz de Xapuri permitindo a remoção de Darli da penitenciária de Brasília para o presídio acreano, "prevaleceu a vontade do preso, que demonstrou seu desejo de voltar a cumprir sua pena no Acre, onde vivem seus filhos e pelo menos três mulheres".

Da proposta de Marina ao ministro constam duas representações, solicitando a interdição do presídio, constatada a impossibilidade de ele garantir a prisão de Darli, e requerendo a manutenção do prisioneiro na Penitenciária de Brasília, ou sua remoção para outro estado.

Segundo signatário da proposta, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) frisou que a imprensa tem noticiado as frequentes fugas daquele presídio. Há alguns meses, relatou, presidiários chegaram a mandar publicar nota na imprensa em que ameaçavam com a fuga de 20 deles, caso o diretor da colônia penal fosse trocado. "Trocaram e eles fugiram", afirmou o senador.

A proposta apresentada ao ministro é medida de segurança, frisou Nabor, e não pretende contestar decisão da Justiça do Acre.

Senadores lamentam acidente aéreo em SP

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) e o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) lamentaram em discursos no plenário o acidente aéreo ocorrido ontem pela manhã com o avião *Fokker F100* da TAM, que provocou a morte de mais de cem pessoas entre ocupantes da aeronave e pessoas que estavam em suas casas, no bairro de Jabaquara, em São Paulo.

Benedita solicitou à Mesa o envio de voto de pesar às famílias das vítimas. Em apertes, os senadores Bernardo Cabral (PFL-AM) e Eduardo Suplicy (PT-SP) associaram-se à manifestação da senadora. Suplicy ressaltou que aquela companhia aérea é uma das

melhores que operam no País.

Por sua vez, Artur da Távola disse que o acidente "foi um baque imerecido" para a aviação comercial do Brasil, "uma das principais do mundo diante das dimensões continentais do País". Segundo ele, o *Fokker F100* é tido como um dos melhores e mais confortáveis e o acidente poderia ter tido proporções menores caso o aeroporto fosse localizado na periferia da cidade.

O fato "leva-nos a repensar o dia-a-dia destes aeroportos", acrescentou Távola, referindo-se ao Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, que, assim como o de Congonhas, também se localiza em área urbana.

Obras raras da Biblioteca do Senado vão ser recuperadas

Preocupado em garantir a preservação de exemplares únicos de documentos, inclusive o primeiro livro de História do Brasil, e mapas originais que traçam a evolução das fronteiras do País desde o Tratado de Tordesilhas, o presidente do Senado, José Sarney, determinou o início imediato dos trabalhos de recuperação da Seção de Obras Raras da Biblioteca do Senado.

A diretora da Secretaria de

Documentação e Informação, Maria de Nazaré Pinheiro Carneiro, e a diretora da Biblioteca do Senado, Simone Bastos Vieira, informaram a Sarney, que ontem visitou a biblioteca, sobre a situação de risco em que se encontram alguns desses documentos, por falta de condições adequadas de preservação.

As obras raras serão submetidas a higienização e recuperação, e será feita a revisão do acondicionamento.



Eduardo Suplicy

Suplicy apóia o referendo sobre reeleição

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apoiou ontem, em plenário, a proposta de emenda constitucional de autoria dos deputados Milton Temer, José Genoíno e Mendonça Filho que estabelece a realização de referendo sobre a emenda em tramitação na Câmara dos Deputados que permite a reeleição para chefes do Executivo em todos os níveis de governo.

Na opinião do senador, a proposta de referendo é oportuna à medida que salvaguarda o Congresso de eventuais pressões do Executivo, "uma vez que a idéia da reeleição terá de obter não só apoio da maioria dos congressistas, como também deverá convencer a maioria dos brasileiros".

Referindo-se à justificativa da proposta, Suplicy observou que jamais foi permitida na vigência da República a reeleição dos mandatários de cargos do Executivo.

Tebet tem projetos para conter conflitos agrários

A invasão de terras não é o melhor caminho, pondera o senador, que propõe a intervenção do Ministério Público na promoção de uma reforma "justa, humana e cristã"

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou ontem que "o Ministério Público, como fiscal da lei e defensor da sociedade, vai colaborar na solução dos conflitos agrários para que o Brasil consiga promover uma reforma agrária justa, humana e cristã". Ele informou que essa intervenção do MP constará do seu parecer a três projetos sobre reforma agrária em tramitação na Casa. Os projetos tratam do rito sumário, da concessão de liminares de reintegração de posse e da participação do Ministério Público nos despejos.

Referindo-se ao noticiário da imprensa sobre a movimentação dos sem-terra no Pontal do Paranapanema, Ramez Tebet



Ramez Tebet

disse não ter dúvida de que, naquela região, "o clima é de beligerância e de tensão, porque de um lado há os invasores de propriedades rurais e, de outro, há os fazendeiros se armando".

- A invasão não é o melhor caminho para solucionar o problema da reforma agrária, que

pode e deve ser resolvida por meio do debate político com a sociedade - disse.

Tebet lembrou que no dia 19 será realizado, no plenário do Senado, um debate sobre "A Estrutura Fundiária e a Reforma Agrária". A iniciativa é da Comissão de Assuntos Econômicos, e terá a participação dos ministros da Agricultura e da Reforma Agrária, de lideranças ruralistas e de trabalhadores na agricultura. Em aparte, Ademir Andrade (PSB-PA) disse que "os proprietários rurais, na sua maioria, estão interessados em negociar as suas terras por qualquer preço, mas o governo não coloca recursos no programa da reforma agrária".



Osmar Dias

Osmar teme pelo fim do modelo da pequena propriedade

O senador Osmar Dias (PR) afirmou ontem que o Brasil está destruindo o modelo da pequena propriedade agrícola, "sustentáculo de milhares de empregos". Para ele, essa desconsideração aos "pequenos" é contraditória até quando se observa a intenção de privilegiar os "grandes": os bancos, segundo o senador, "só quebraram porque, antes deles, quebraram os correntistas".

O pronunciamento de Osmar Dias foi motivado por uma carta que lhe enviou Odete Ravache, filha de um suinocultor de Capanema, interior do Paraná. No documento, Odete relata que seu pai, depois de 50 anos dedicados à agricultura, está com todos os bens penhorados por não ter conseguido cumprir seus compromissos com o Banco do Brasil.

- Quem sabe um dia o ministro da Agricultura e o presidente da República se sensibilizem com a situação dos pequenos produtores, que por enquanto não estão tendo vez - disse o senador, argumentando que "se salvamos a agricultura estaremos, inclusive, salvando os banqueiros".

Ademir: Sem-terra ganharão fazenda no Pará

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) anunciou ontem que o ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, vai entregar em caráter definitivo a posse da fazenda Macaxeira,



Ademir Andrade

no Pará, pondo fim a um conflito agrário que provocou a morte de 19 trabalhadores rurais sem-terra este ano. O senador também informou que o ministro vai criar uma segunda superintendência do Inera no Pará, para atender aos municípios situados no sul daquele estado.

- Com isso, o Pará terá, ex-

cepcionalmente, duas superintendências do Inera. Isso se dá em função da extensão territorial do estado, que tem 1 milhão e 250 mil quilômetros quadrados, e em função da quantidade de conflitos agrários que sacrificam a região. Só no sul do Pará existem 150 processos de desapropriação de terra encaminhados e ainda não resolvidos - assinalou.

Ademir Andrade disse que esteve ontem com o ministro Raul Jungmann, o qual lhe informou que estava atendendo as reivindicações a ele apresen-

tadas, há três meses, por sindicalistas do sul do Pará. O ministro informou ainda ao senador que se deslocará no dia 8 de novembro para aquele estado, devendo visitar os municípios de Conceição do Araguaia e Marabá, onde conversará com os sindicalistas, visitará assentamentos rurais e inaugurará a segunda superintendência do Inera no Pará.

Na audiência, Ademir Andrade ponderou sobre a necessidade de integrar à área de atuação dessa nova superintendência o município de Tucuruí, até agora ligado à representação do Inera em Belém. O ministro se comprometeu a atender de imediato essa reivindicação, informou o senador.

Simon solicita parecer a proposta sobre alfabetização

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) pediu ontem ao presidente do Senado que encontre uma fórmula para que o projeto da Câmara instituindo o Programa Empresarial de Al-

fabetização de Adultos retorne à Comissão de Educação ou seja melhor estudado, uma vez que, segundo o parlamentar, a matéria não recebeu parecer na comissão.

Requerimento do presidente da comissão, senador Roberto Requião (PMDB-PR), solicitando que se incluísse a matéria na pauta de votação do plenário foi aprovado, e o presidente José Sarney esclareceu que o projeto receberá emendas e parecer no plenário.

Campanha da violência prejudica o Rio

O problema ocorre em outros grandes centros, mas não se divulga com a mesma frequência, argumenta a senadora, que aponta como consequência o esvaziamento turístico da cidade

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) disse ontem que o Rio de Janeiro está sendo vítima de esvaziamento turístico devido a uma campanha contra o estado em relação à violência. Ela disse que o Rio não é a única cidade do Brasil e do mundo onde se registram casos de violência. "Em Nova York e em outros grandes centros metropolitanos há a mesma violência, mas não se divulga com a mesma fre-



Benedita da Silva

quência como ocorre em relação ao Rio", reclamou.

Segundo Benedita, as cha-

madas "balas perdidas" são resultados de tiroteios durante operações da Polícia Militar nas favelas. Na sua opinião, deveriam ser estabelecidos planos de ação na área social para assegurar ao cidadão carioca morador de favela melhores condições de vida. "Caso não se concretizem ações sociais nesse sentido, não adiantará nada somente aparelhar a Polícia Militar", advertiu.

Marina elogia matéria sobre fome na *Veja*

A senadora Marina Silva (PT-AC) elogiou ontem matéria publicada pela revista *Veja* desta semana intitulada "O mutirão que salva os bebês". Na sua opinião, a revista merece congratulações pelo tema escolhido e por levar ao conhecimento dos brasileiros o que tem sido feito pela sociedade em prol da extinção da fome no País.

Marina ressaltou, no entanto, que não concorda quando, em determinado trecho da matéria em que são mostrados números sobre a queda da mortalidade infantil por causa da fome, o jornalista afirma que ninguém é "dono único dessa vitória", ou seja, nem governos federais, municipais ou estaduais, assim como entidades de assistência social do País.

Para a senadora, a queda da mortalidade infantil se deve a um verdadeiro mutirão, envolvendo parcerias entre os três níveis de governo, Unicef, ONGs, Igrejas, "numa ação horizontalizada que deveria servir de exemplo para outras áreas problemáticas do País".

Marina acrescentou que no seu estado, o Acre, também houve declínio da mortalidade, principalmente em Rio Branco, "onde é refletido o trabalho do prefeito Jorge Viana".

Mais segurança para atrair turistas, sugere Suassuna

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) dirigiu ontem apelo ao governo no sentido de que adote as providências necessárias visando a inibir a violência urbana, que, no seu entender, está provocando inclusive a diminuição do fluxo de turistas no Brasil. Suassuna acha que tem faltado vontade política ao governo para impedir que "a guerra entre grupos de marginais coloque a segurança de todos em risco".

Ele citou informações divulgadas pelo *Jornal do Brasil*, segundo as quais, somen-



Ney Suassuna

te no mês de outubro, 18 pessoas foram atingidas por "balas perdidas" no Rio de Janeiro, que é a "sala de visitas" do País. Em razão da violência urbana, segundo o senador, o número de turistas

que visitou o Rio, no ano passado, foi menor do que os que foram ao Uruguai no mesmo período. Suassuna disse que, conforme previsões da Embatur, o Brasil deverá receber este ano o mesmo número de turistas que visitou o País em 1986, ou seja, 1,8 milhão.

Artur da Távola aponta falta de compostura em César Maia

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) disse ontem que o prefeito César Maia é o principal responsável pelo des controle da capital do Rio de Janeiro devido à sua decompostura para governar. Segundo Távola, a cidade assiste ao que chamou de "dilaceração mútua", que seria promovida por Maia



Artur da Távola

contra o chefe da polícia civil, Hélio Luz.

- Isso provoca, inclusive, o riso dos marginais que até sentem um quadro favorável às suas atividades diante de situação tão desarmoniosa - disse o senador. - As balas perdidas têm sido a marca injusta, brutal, covarde de uma cidade caótica cujas autoridades se notabilizam pelo baixo nível.



Francisco Luís Escórcio

Escórcio toma posse no lugar de Bello Parga

Francisco Luís Escórcio Lima tomou posse ontem como senador pelo PFL do Maranhão, em razão de afastamento do senador Bello Parga, que exerce o mandato na licença do titular, senador Alexandre Costa.

Os senadores Edison Lobão (PFL-MA) e Valmir Campelo (PTB-DF), em nome das lideranças de seus respectivos partidos, deram boas-vindas ao novo senador. O presidente do Senado, José Sarney, também cumprimentou Francisco Escórcio.

Amorim comemora fim do litígio entre Acre e Rondônia

Ponta do Abunã, depois de 10 anos de disputa, integra o estado de Rondônia, informa senador, que acompanha a questão desde o início

O senador Emandes Amorim (PMDB-RO) afirmou ontem que, após cerca de 10 anos de litígio na área da Ponta do Abunã, na divisa entre Acre e Rondônia, prevaleceu o entendimento do legislador constituinte de 1988, segundo o qual aquela área pertence a Rondônia. Este é o conteúdo de parecer elaborado pelo procurador-geral da República,



Amorim

Geraldo Brindeiro, e do relatório final do ministro Néri da Silveira, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse.

Segundo o senador, o litígio em Ponta do Abunã mobiliza sua atuação parlamentar desde quando deputado estadual. Ele agradeceu o empenho do ministro da Justiça, Nelson Jobim, que visitou a região e garantiu o encaminhamento de

problemas da comunidade.

O senador também manifestou sua esperança de que o presidente da República reveja a decisão tomada em relação aos garimpeiros de Serra Pelada, impedidos de lavar na região. Amorim destacou que, contrariamente ao entendimento da Vale do Rio Doce, a Procuradoria Geral da República emitiu parecer em que reconhece o direito de preferência de lavra aos garimpeiros de Serra Pelada.

Dutra denuncia prisão arbitrária de radialista

O senador José Eduardo Dutra (SE), líder do PT, denunciou ontem, em plenário, "a prisão arbitrária" do radialista Gilmar Carvalho, da Rádio Liberdade, de Aracaju, por ter protestado contra a apreensão de uma fita com gravação de denúncias de uma juíza envolvendo o governo de Sergipe. A prisão foi determinada pelo juiz José Ancelmo de Oliveira, de Aracaju, depois que o jornalista protestou contra a apreensão da fita, determinada pelo mesmo juiz.

"É uma prisão ilegal, porque não houve processo contra o radialista", protestou o senador contra a "arbitrariedade".

Odacir destaca realização de encontro promovido pela Unir

O senador Odacir Soares (PFL-RO) destacou a importância do III Encontro de Pesquisadores da Amazônia, realizado recentemente em Porto Velho, sob o patrocínio do Protocolo de Integração das Universidades da Amazônia (Piuai), firmado sob a responsabilidade da Fundação Universidade de Rondônia (Unir).

Segundo o senador, o evento se tornou um fórum privilegiado para a permuta de experiências e a divulgação



Odacir Soares

dos achados e descobertas dos pesquisadores da Amazônia e é prova "indubitável e resoluta da vontade da Unir de se converter no mais vigoroso agente de transformação da região".

Odacir disse que a Unir atende aos requisitos necessários ao cumprimento da vocação essencial das universidades: ensinar e pesquisar, abrindo os limites do *campus* à comunidade. Ele parabenizou o reitor e a equipe de pesquisadores dessa universidade pela sua posição de liderança.

Privatização de entidade cultural preocupa Benedita

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) encaminhou ontem requerimento à Comissão de Relações Exteriores solicitando do que um representante do Itamaraty faça uma exposição aos senadores sobre a possível privatização do Centro de Estudos Brasileiros (CEB) de El Salvador. O pedido é resultado de informações obtidas durante visita àquele país, onde participou do 50º aniversário do Unicef salvadorenho.

Benedita destacou o papel do CEB, subordinado à Embaixada Brasileira em El Salvador, cujo objetivo é a divulgação da cultura nacional.

Cabral exalta livro do jornalista Genival Rabelo

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) afirmou ontem que o livro *Denúncias, Episódios e Personagens - Coletânea de um Repórter*, de autoria do jornalista Genival Rabelo, "é uma obra indispensável àqueles que se preocupam com os destinos do País".

Segundo o senador, Genival Rabelo, depois de analisar as oportunidades perdidas pelo Brasil nas três últimas décadas, prevê que o País "alcançará o novo milênio dominado pela onda neoliberal soprada de Washington". Conforme Cabral, o jornalista combaterá essa tendência "com as armas que sempre manipulou: sua máquina de escrever e sua inteligência".

AS SESSÕES DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FORAM PRESIDIDAS PELOS SENADORES JOSÉ SARNEY, EDUARDO SUPLYCY, ERNANDES AMORIM, HENRIQUE LOYOLA, VALMIR CAMPELO, NEY SUASSUNA, RAMEZ TEBET, JEFFERSON PERES, EDISON LOBÃO, GERALDO MELO E ROMERO JUCÁ, E PELA SENADORA EMÍLIA FERNANDES

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Emandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
 Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
 Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade
 ■ Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
 Diagramação - Sérgio Silva e Osmar Miranda ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amaral
 ■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal